

Saudades de Ulysses

André Gustavo Stumpf

Já se sabe que o Brasil é um país sem memória. Os brasileiros atravessam problemas e crises, mas teimam em não aprender nada com as suas circunstâncias. Houve época em que era de bom tom defender o não-pagamento da dívida externa. A moratória seria o remédio para todos os males. A moratória veio, não aconteceu nada — a não ser agravar a inflação — e o Brasil terminou pagando mais do que devia. Hoje, bem-comportado, comparece diante do FMI e cumpre as exigências da instituição.

Na década de 60, o presidente da República queria fazer as reformas de base, contra a opinião do Congresso Nacional. Terminou fora do poder. Os políticos que acreditaram no casuísmo de então, e ajudaram o golpe, apostaram que os militares fariam uma intervenção saneadora, rápida, depois devolveriam o poder aos civis. O desvio constitucional consumiu, entre 1964 e 1985, 21 anos de autoritarismo, censura, repressão e anarquia institucional. O tempo passa rápido e os brasileiros são desmemoriados.

Agora, de novo, políticos, militares, observadores e magistrados parecem não se lembrar das lições de um passado recentíssimo. Importa pouco, neste momento de altas emoções, saber quem tem razão, mesmo porque é muito difícil afirmar que o Supremo Tribunal Federal comete atos ilegais. Mais difícil ainda é permitir que militares ou civis se invistam na condição de julgadores. Na década de 60, isso seria chamado de subversão da ordem. A questão é outra: por causa de uma disputa de salários, as instituições estão em risco.

No final do século passado, os militares acabaram com o Império por causa de salários e outras garantias profissionais. Criou-se a chamada Ditadura Republicana, baseada nos escritos de Augusto Comte. Em 1964, surgiu a "situação autoritária", no dizer de Samuel Huntington, em nome da defesa da ordem, mesmo que para

isso três ministros do Supremo Tribunal Federal tenham sido compulsoriamente aposentados. Agora, de novo, por causa de meras questões salariais, que são muito menores do que aparentam, a barraca institucional brasileira ameaça desabar.

Quem viveu os anos de governo militar sabe do que se trata. Quando um jornal era censurado, não havia juiz nenhum para restaurar a liberdade. Quando um parlamentar era preso, não havia magistrado para assinar o **habeas corpus**. Quando um cidadão era submetido a tortura, não havia quem o defendesse.

É fácil jogar pedras no telhado do Congresso e no do Judiciário. São poderes desarmados, que sobrevivem em nome de princípios democráticos. Eles são fechados com meia dúzia de soldados, alguns gritos e uns tiros para o ar. Ministros do STF não são versados em táticas de invasão de prédios. Entendem, apenas, de leis. Deputados e senadores não entendem nada de guerras. Fazem leis. E o cidadão brasileiro tem meios para corrigir possíveis desvios de comportamento em quaisquer daqueles poderes. O Congresso decretou o impeachment do presidente Fernando Collor. E o Judiciário acatou a decisão.

É mais importante preservar os três poderes, inclusive a Presidência da República, que não pode ser submetida a pressões internas, do que discutir essa questão menor dos salários. O Brasil não tem tido sorte na escolha de seus governantes. Em verdade, não há crise. Existe, um descompasso entre salários nos três poderes, resultado de uma inflação galopante. Isso deveria ser solucionado pelo governante, e não agravado pelos dirigentes. O governo fabrica confrontos e produz desavenças. Resta então, uma pergunta, até agora sem resposta: a quem interessa esse estado de coisas? Só uma coisa é certa, na instabilidade nacional, Ulysses faz muita falta.

■ André Gustavo Stumpf é jornalista